

# Senado quer controlar BC

GAZETA MERCANTIL

por César Felício  
de Brasília

O Senado está preparando para o próximo mês duas péssimas notícias para o Banco Central (BC). A mais adiantada é um projeto do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), relatado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), criando uma Comissão de Acompanhamento da Moeda e do Crédito para fiscalizar todas as decisões do BC. Um outro projeto, porém, é muito mais polêmico: dar ao Senado a capacidade de votar moções de desconfiança contra o presidente do BC e toda a sua diretoria.

O voto de desconfiança a determinadas autoridades do governo significa que elas podem ser afastadas do cargo por decisão do Legislativo e é um instrumento próprio do sistema

parlamentarista, mas não inédito no presidencialismo. A Venezuela e o Equador o adotam para a destituição de ministros.

O que alguns senadores querem agora é que, da mesma forma que os diretores do BC são referendados pelo Senado, no momento em que o presidente da República os indica, eles possam também ser declarados impedidos de continuar exercendo o cargo. A mesma regra valeria para embaixadores e ministros de tribunais classistas.

A apresentação de um projeto nesse sentido está sendo disputada entre senadores de partidos governistas, como o PMDB e o PSDB, e uma possibilidade é que venha a ser assinada pelo senador tucano Geraldo Melo (RN). Se a idéia vier a ser formaliza-

da, poderá se transformar em um forte instrumento de pressão dos senadores para conseguirem um tratamento mais favorável da equipe econômica na discussão das dívidas estaduais, atualmente o maior ponto de discórdia entre a Casa e o BC.

Em relação à eventual criação de uma Comissão da Moeda e do Crédito, um senador governista adianta que ela poderá se tornar muito mais do que um órgão meramente de fiscalização. Os parlamentares tentarão, através dela, ingressar formalmente no Conselho Monetário Nacional (CMN), com direito a voto em todas as decisões do conselho, atualmente restritas ao ministro da Fazenda, ao ministro do Planejamento e ao presidente do Banco Central.

28 JAN 1996